



## EMPODERAMENTO DA MULHER PRETA SOB A PERSPECTIVA AUTOBIOGRÁFICA: narrativas de si como práticas de resistência e formação

Veronica Santos da Silva (UFMA)<sup>1</sup>

Herli de Sousa Carvalho (UFMA)<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo analisa o empoderamento da mulher preta a partir da escrita autobiográfica, compreendida como uma prática política, pedagógica e espiritual de resistência frente ao racismo estrutural e epistêmico. De caráter (auto)biográfico e qualitativo, a pesquisa articula a trajetória da autora — mulher preta e pedagoga — aos referenciais teóricos das narrativas de formação e das epistemologias afro-brasileiras, buscando compreender como o ato de narrar-se se converte em gesto de reexistência e produção de saber. A escrita de si é concebida como um território de cura e de enunciação, no qual a palavra se torna instrumento de libertação e afirmação identitária. A análise, ancorada em autores como Evaristo, Kilomba, hooks, Lélia Gonzalez e Leda Maria Martins, evidencia que a autobiografia negra opera como dispositivo de legitimação epistêmica, transformando a experiência vivida em conhecimento e a memória em força ancestral. Os resultados apontam que o empoderamento da mulher preta não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de autoconhecimento, coletividade e ação política. Conclui-se que a escrita autobiográfica constitui-se em uma estratégia decolonial de formação e resistência, capaz de reencantar o mundo e reinscrever a mulher preta como sujeito de saber, história e poder.

**Palavras-chave:** Empoderamento; Mulher preta; Narrativa autobiográfica; Resistência; Ancestralidade.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Pedagoga (UEMASUL, 2023), Especialista em Docência do Educação superior (UEMASUL, 2024), e, Pós-Graduanda em Pesquisa (Auto)biográfica (UVA), Mestranda em Educação e Práticas Educativas (UFMA/CCIM). Pesquisa Gênero, Sexualidade, Educação e Mulheres Pretas. Sou negra e militante da Pastoral da Juventude (PJ). E-mail: [silva.veronica@discente.ufma.br](mailto:silva.veronica@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> Graduação em Pedagogia (UFMA, 1997), Mestrado em História Social (USS/RJ, 2005) e Doutorado em Ciências da Educação ((UNINORTE, 2009), Doutora em Educação (UFRN, 2016). Atualmente é Professora Associada I no Curso de Pedagogia, e, no Mestrado em Educação e Práticas Educativas (UFMA/CCIM). Pesquisa sobre Comunidades Quilombolas em Alcântara (MA), Educação Antirracista, dentre outras. E-mail: [herli.sousa@ufma.br](mailto:herli.sousa@ufma.br).

Escrever sobre si sendo uma mulher preta é mais do que registrar memórias — é refazer caminhos apagados, dar corpo à voz silenciada e inscrever a própria existência como gesto político. A escrita autobiográfica, nesse contexto, constitui-se como uma forma de reexistência, um ato que atravessa a dor e anuncia a cura, revelando-se como prática de reconstrução simbólica diante de um mundo que historicamente negou à mulher preta o direito à palavra. Como afirma Conceição Evaristo (2007, p. 15), “a nossa escrevivência não nasce do desejo de ser lida, mas da necessidade de não morrer.” Assim, escrever é também sobreviver; é transformar o vivido em verbo e a memória em território de libertação.

A mulher preta, ao narrar-se, rompe o silêncio colonial e reinscreve-se como sujeito de saber e de poder. Bell hooks (2019, p. 21) observa que “falar e escrever, para as mulheres negras, é um ato de libertação, pois rompe o silêncio que o racismo e o sexismo tentam perpetuar.” Nessa perspectiva, a escrita de si é também uma escrita do mundo — uma forma de resistência que transforma o pessoal em político e o íntimo em coletivo. A mulher preta carrega no corpo a marca da história e, no espírito, a força dos que resistiram. Sua existência é tecida pela ancestralidade, que não é apenas lembrança, mas presença viva, força de axé que sustenta a vida e conecta o passado ao futuro. Como ensina Leda Maria Martins (2002, p. 78), “o corpo negro é arquivo e performance, é o texto que dança, canta e reinscreve a memória coletiva na cena da vida.”

É a partir dessa compreensão que esta pesquisa se desenvolve, buscando compreender o empoderamento da mulher preta como prática de resistência e emancipação, tendo a escrita autobiográfica como eixo de análise, expressão e formação. Essa investigação nasce de uma inquietação que é pessoal, mas também coletiva: como a narrativa autobiográfica pode se constituir como prática de empoderamento e resistência para a mulher preta diante do racismo estrutural e do apagamento histórico? Ao buscar respostas para essa questão, este estudo pretende analisar o papel da escrita de si no processo de empoderamento da mulher preta, entendendo-a como instrumento de reconstrução identitária, de afirmação epistêmica e de reencantamento da existência.

Para alcançar esses propósitos, o artigo está organizado de modo a apresentar, inicialmente, uma fundamentação teórica que discute a pesquisa (auto)biográfica como campo de conhecimento e de formação, articulando-a às epistemologias afro-brasileiras e às contribuições de autoras negras, como Grada Kilomba, Lélia Gonzalez e Conceição Evaristo. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos, explicitando o percurso da pesquisa e os referenciais teóricos que sustentam a abordagem qualitativa e autobiográfica. O

desenvolvimento traz reflexões que entrelaçam memória, ancestralidade e empoderamento, evidenciando como a escrita de si se torna instrumento de resistência e afirmação política. Por fim, os resultados e considerações finais analisam as implicações pedagógicas, formativas e decoloniais da escrita autobiográfica da mulher preta, reafirmando-a como prática de libertação e de (re)existência.

A abordagem adotada é qualitativa e (auto)biográfica, ancorada em autores que refletem sobre as relações entre vida, narrativa e formação, como Delory-Momberger (2008), Josso (2004), Passeggi e Souza (2010), Kilomba (2019) e Contreras (2016). Essa escolha metodológica justifica-se pela compreensão de que a experiência, a subjetividade e a memória são dimensões legítimas da produção de conhecimento, constituindo-se como fundamentos de uma epistemologia do vivido. Como afirma Delory-Momberger (2008, p. 136), “a biografia é uma forma de conhecimento e de relação com o mundo, na medida em que o indivíduo, ao narrar-se, reconstrói a si mesmo e o contexto social que o constitui.”

A presente escrita propõe, portanto, entrelaçar teoria e vivência, ciência e ancestralidade, trazendo a trajetória pessoal da autora como expressão de um saber coletivo e situado. A escrita de si é compreendida como instrumento político, pedagógico e espiritual — uma prática de axé capaz de curar feridas coloniais e reinscrever a mulher preta como sujeito de poder e de conhecimento. Como afirma Achille Mbembe (2017, p. 40), “a descolonização é, antes de tudo, uma descolonização do ser.” Assim, escrever sobre si é também descolonizar o próprio corpo e a própria história, devolvendo à palavra seu poder criador, à memória sua dignidade e à mulher preta o seu lugar de enunciação, presença e liberdade.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A pesquisa (auto)biográfica, segundo Delory-Momberger (2008), é um campo de conhecimento que se constrói a partir da experiência vivida e narrada. Ao narrar-se, o sujeito produz sentidos e saberes sobre si e sobre o mundo, tornando-se autor de sua própria formação. Essa perspectiva rompe com a ideia de que o conhecimento científico é neutro e universal, reconhecendo o valor do saber situado e das experiências individuais e coletivas. Para a autora, “*a narrativa biográfica é uma forma de conhecimento que revela a historicidade do sujeito e sua capacidade de interpretar e transformar o vivido*” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 140).

Passeggi e Souza (2010) ampliam essa concepção ao afirmar que a narrativa autobiográfica constitui um espaço formativo, no qual o sujeito reconstrói sua identidade por

meio da linguagem e da reflexão. Para os autores, a escrita de si é um processo de metacognição, em que o sujeito se vê e se refaz no ato de narrar: “*A narrativa de si é sempre uma construção simbólica da experiência vivida, que possibilita a formação e a transformação do sujeito*” (PASSEGGI; SOUZA, 2010, p. 42).

Ao considerar a mulher preta como sujeito narrativo, essas ideias ganham contornos ainda mais profundos. A escrita autobiográfica se torna não apenas um dispositivo de formação, mas um ato de resistência diante da colonialidade do poder e do saber. Como afirma Kilomba (2019, p. 57): “*Falar é libertar-se do lugar de objeto e assumir-se como sujeito da própria história.*” Essa fala, carregada de força e ancestralidade, traduz a dimensão política da autobiografia para as mulheres pretas — mulheres que, historicamente, foram impedidas de falar sobre si e para si.

A autora destaca ainda que o racismo opera como uma estrutura que define quem pode ser ouvido e quem é condenado ao silêncio. Ao escrever sobre si, a mulher preta reivindica o direito de ser autora, de ocupar o espaço da palavra e de romper o ciclo de subalternidade. Kilomba (2019, p. 73) escreve em uma de suas passagens mais contundentes:

“A linguagem racista é uma forma de violência porque ela nomeia e define o outro a partir de uma hierarquia de poder. Romper com o silêncio é um ato político e libertador, pois significa interromper a lógica colonial que nos aprisiona ao lugar da diferença e da exclusão.”

Essa compreensão dialoga diretamente com a perspectiva de Josso (2004), que entende as histórias de vida como espaços de formação e transformação. Para a autora, narrar-se é um modo de reconhecer a própria trajetória e de transformar a experiência em saber. A memória, nesse processo, é o fio condutor que liga o eu ao coletivo. É pela memória que o sujeito reencontra suas origens e constrói sentido para o presente. Assim, para a mulher preta, lembrar é um ato político, pois significa recuperar histórias apagadas e reinscrever-se em uma linha de continuidade ancestral.

Souza e Meireles (2019) reforçam essa ideia ao afirmar que a pesquisa narrativa implica “outra lógica de pensar a formação e a pesquisa”, baseada na escuta e na partilha do vivido (SOUZA; MEIRELES, 2019, p. 285). Esse olhar sensível para o cotidiano e para o sujeito como produtor de conhecimento é fundamental para pensar uma pedagogia afrocentrada, que valorize a experiência, a oralidade e a ancestralidade como dimensões do saber.

Pepe Contreras (2016) também contribui para essa discussão ao enfatizar que a narrativa é um ato de reconhecimento mútuo. Ao compartilhar sua história, o sujeito

estabelece vínculos e promove o reconhecimento do outro. Essa ideia ecoa nas tradições africanas de oralidade, onde contar histórias é, ao mesmo tempo, ensinar, curar e preservar a memória coletiva.

Essa dimensão simbólica e cultural é essencial na compreensão do empoderamento da mulher preta. A ancestralidade, o axé e o quilombismo se constituem como princípios epistemológicos e espirituais que sustentam a resistência e a produção de saberes. Ao escrever sobre si, a mulher preta convoca a força de suas ancestrais, transforma a dor em palavra e a palavra em cura. A escrita autobiográfica torna-se, assim, uma forma de axé — um movimento de energia que liga o corpo à história, a memória ao presente e o eu ao coletivo.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa insere-se no campo das abordagens qualitativas, com ênfase na perspectiva (auto)biográfica, por compreender que a experiência humana é uma fonte legítima de produção de conhecimento. Trata-se de um movimento investigativo que se ancora na escuta do vivido, no reconhecimento do sujeito como produtor de saberes e na valorização da narrativa como prática formativa. Segundo Delory-Momberger (2008, p. 22), “a pesquisa biográfica permite a emergência do sujeito como narrador e intérprete de sua própria trajetória, conferindo ao vivido o estatuto de categoria epistemológica.”

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada articula vida, formação e narrativa, buscando compreender os processos formativos da mulher preta a partir de suas próprias histórias, saberes e experiências de resistência. Ela parte do princípio de que a narrativa de si é também uma forma de produção de conhecimento, que desafia a racionalidade ocidental e recoloca o corpo e a memória no centro da reflexão pedagógica.

A investigação possui, portanto, caráter autobiográfico e formativo: autobiográfico, porque nasce da experiência pessoal da autora enquanto mulher preta, educadora e pesquisadora; e formativo, porque compreende que o ato de narrar-se constitui um processo contínuo de autoformação e autoconsciência. A escrita, neste contexto, é ao mesmo tempo método e resultado, meio e fim. Ela não apenas descreve uma trajetória, mas a reinscreve, ressignifica e transforma.

Como afirma Passeggi (2011, p. 18), “o método (auto)biográfico não é apenas um modo de conhecer o outro, mas de conhecer-se no outro, por meio da rememoração e da partilha.” Nessa partilha, o conhecimento deixa de ser posse individual e passa a ser

experiência relacional — entre o eu, o outro e o coletivo ancestral que habita a memória da narradora.

A pesquisa tem natureza aplicada, pois busca refletir sobre práticas formativas emancipatórias que contribuam para o empoderamento da mulher preta no campo educacional, especialmente no contexto das políticas de formação docente e das epistemologias decoloniais. Sua abordagem qualitativa privilegia a compreensão dos sentidos e significados, valorizando a subjetividade, o sensível e a experiência singular como caminhos de construção do saber.

Os procedimentos técnicos envolveram dois eixos principais: a pesquisa bibliográfica e a narrativa autobiográfica.

A pesquisa bibliográfica consistiu em uma revisão de autores que dialogam com os campos da escrita de si, da formação e das epistemologias afro-brasileiras e decoloniais, como Delory-Momberger (2008), Josso (2004), Passeggi e Souza (2010), Kilomba (2019), bell hooks (2019), Lélia Gonzalez (1988), Conceição Evaristo (2007) e Leda Maria Martins (2002). Essas leituras permitiram entrelaçar a reflexão teórica com a dimensão simbólica e política das narrativas negras femininas.

A narrativa autobiográfica, por sua vez, emergiu da própria trajetória da autora, marcada pela intersecção entre ser mulher preta, educadora e pesquisadora. Essa vivência, situada entre o saber acadêmico e a sabedoria ancestral, é compreendida como território de encruzilhada — lugar onde diferentes tempos e vozes se encontram. Cada lembrança evocada, cada palavra escrita, é uma forma de reinscrever no presente os ecos da ancestralidade.

Metodologicamente, esta escrita apoia-se na noção de que o corpo é arquivo, a memória é fonte e a palavra é instrumento político. O corpo carrega inscrições históricas e afetivas; a memória guarda os rastros da experiência e a palavra devolve à história sua dimensão humana. Inspirada por Leda Maria Martins (2002, p. 82), compreende-se que “o ato de narrar é um gesto performativo, uma cena de reencantamento do mundo, na qual o sujeito reinscreve o tempo e reativa a ancestralidade.”

Assim, cada fragmento narrativo presente neste artigo é também um gesto de resistência e reexistência, uma evocação das mulheres que vieram antes e abriram caminhos. A escrita torna-se rito e reencontro — uma forma de diálogo com as ancestralidades que sustentam a travessia. O processo metodológico, portanto, não se limita a um procedimento técnico, mas configura-se como um ato ético, estético e político, em que narrar é existir e



existir é resistir.

## **DESENVOLVIMENTO**

Ao revisitar minha própria trajetória, percebo que a educação foi o fio que costurou as dores e as esperanças, o espaço onde as cicatrizes se tornaram escrita e as ausências se transformaram em presença. Sou filha de mulheres que ensinaram antes de saber ler — mulheres que, em seus silêncios, guardavam um saber ancestral que hoje me sustenta. Suas vozes ecoam em mim como tambores antigos, marcando o ritmo de uma pedagogia que se aprende na escuta, na partilha e na luta. Quando entrei na universidade, trazia comigo as vozes de minhas avós e de minha mãe, as quais me ensinaram a sobreviver num mundo que nem sempre me reconhecia como sujeito de saber.

O espaço acadêmico, muitas vezes, me atravessou com olhares de estranhamento. O racismo epistêmico, sutil ou explícito, tentava me convencer de que o meu lugar era outro, que meu corpo destoava do ambiente e que minha história não cabia nos livros. Como observa Djamilia Ribeiro (2017, p. 25), “a mulher negra ocupa um lugar de não lugar na sociedade, tendo que constantemente afirmar sua existência diante das estruturas que tentam apagá-la.” Essa condição de fronteira, de estar entre o que se aceita e o que se exclui, exige da mulher preta um constante exercício de reexistência — resistir sendo, ensinar vivendo.

Foi na escrita de si que encontrei o caminho de retorno para mim mesma. Como afirma Kilomba (2019, p. 29): “A escrita é o lugar onde a mulher negra pode finalmente falar. É um território onde ela existe em sua plenitude, sem precisar se justificar.” Essa afirmação ecoa profundamente em minha experiência, pois foi ao escrever que aprendi a me ver como parte da história e não à margem dela. A escrita autobiográfica tornou-se, para mim, um espaço de libertação e um gesto de desobediência epistêmica — romper com o silêncio imposto e ocupar a palavra como território de poder e existência.

A escrita de si permitiu que eu transformasse o silêncio em palavra e a dor em potência. O exercício de narrar a própria vida é também o de curar feridas coloniais, reelaborar traumas e construir pontes com o coletivo. Como lembra Josso (2004, p. 62):

“As histórias de vida não apenas relatam o passado; elas o reconfiguram e lhe atribuem novos significados, transformando a experiência em uma pedagogia do existir.”

Assim, narrar-se é formar-se. Cada lembrança recuperada é um gesto pedagógico, um modo de compreender o vivido e construir novos horizontes. A narrativa torna-se um território de disputa simbólica, onde o sujeito negro reafirma sua humanidade e reconstrói o



sentido de si.

No contexto afro-brasileiro, o ato de narrar-se é também um ato ritual. Escrever é chamar os ancestrais, pedir licença para reabrir os caminhos. A palavra é axé — força vital que, ao ser pronunciada, movimentada a vida e convoca o sagrado. Essa dimensão espiritual da escrita é o que diferencia a autobiografia negra de outras formas de narrativa: ela não é apenas memória, mas reencontro. Muniz Sodré (1999, p. 47) define esse movimento como “comunicação do encantamento”, ao afirmar que a tradição oral africana é uma forma de conhecimento que une o sensível e o racional, o corpo e a palavra.

Leda Maria Martins (2002, p. 81) amplia essa concepção ao afirmar que “o corpo negro é o texto primeiro da cultura afro-diaspórica, onde se grava o tempo e a ancestralidade.” Assim, quando a mulher preta escreve sobre si, ela não produz apenas discurso: ela reencena uma história coletiva, reinscreve no papel o movimento das vozes que o tempo tentou calar.

Ao rememorar as experiências na escola e na comunidade, percebo que a educação sempre foi o lugar de resistência e transformação. As professoras pretas que encontrei no caminho foram faróis. Elas me ensinaram que ensinar é também cuidar, e que a sala de aula pode ser um quilombo — um espaço de liberdade, afeto e saber compartilhado. Paulo Freire (1996, p. 67) já lembrava que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo.” Essa pedagogia da comunhão encontra eco na tradição afro-brasileira, onde o saber é sempre coletivo e a aprendizagem é tecida nas relações.

Bell hooks (2019, p. 25) reforça essa perspectiva ao afirmar que “ensinar é um ato de amor e de liberdade.” Para a autora, a educação libertadora é aquela que reconhece a inteireza do sujeito, valorizando suas identidades, corpos e saberes. Ao narrar-se, a mulher preta reafirma sua subjetividade e se torna sujeito da própria pedagogia, transformando o ato de ensinar em um gesto de emancipação e afeto.

Inspirada em Lélia Gonzalez (1988, p. 45), compreendo que o empoderamento da mulher preta é um movimento coletivo, uma prática cotidiana de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Gonzalez nos lembra que “a mulher negra é o elo entre o passado e o futuro; ela traz no corpo a memória de um povo e a esperança de recomeço.” Essa afirmação traduz o que entendo como empoderamento: a capacidade de existir em plenitude, apesar das tentativas de apagamento, e de transformar a própria história em resistência.

A mulher preta educadora carrega em si o saber da experiência e a força da ancestralidade. Sua prática pedagógica se dá na fronteira entre o vivido e o sonhado, entre o

trauma e o encantamento. Como destaca Souza (2014, p. 89): “A formação docente é também uma formação de si, na medida em que o educador aprende a se narrar e a compreender o sentido de sua trajetória.” Narrar-se, portanto, é reconhecer-se como sujeito político, afetivo e histórico, capaz de transformar o espaço educativo em lugar de emancipação e consciência crítica.

Nessa travessia, compreendo que o ato de escrever é um exercício de autoformação e de cura coletiva. A palavra é resistência, mas também recomeço. A escrita autobiográfica é uma encruzilhada entre o eu e o nós, entre o individual e o ancestral. Cada frase escrita é uma oferenda — um gesto de axé e de continuidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados desta pesquisa não se expressam em números, gráficos ou dados mensuráveis, mas em sentidos produzidos ao longo do processo narrativo. O maior achado está na constatação de que **a escrita de si é uma prática de empoderamento, de autoconhecimento e de cura**, capaz de deslocar a mulher preta do lugar de objeto de enunciação para o de sujeito epistêmico e político de sua própria história.

A escrita autobiográfica emergiu, neste percurso, como uma forma de resistência simbólica, uma pedagogia da memória e um ato político que reinscreve o corpo negro feminino como produtor de saberes. Narrar-se foi, para mim, um exercício de descolonização do olhar e da linguagem, uma travessia entre o passado e o presente, entre a dor e o reencantamento.

A partir da narrativa pessoal e da reflexão teórica, foi possível compreender que **o empoderamento não é um estado fixo, mas um processo contínuo de reinvenção e resistência**, que se concretiza no diálogo entre o “eu” e o “nós”, entre a experiência individual e a coletividade ancestral. A mulher preta, ao narrar-se, **rompe com a lógica colonial que a reduziu ao silêncio** e reinscreve-se como autora de si, herdeira de uma linhagem de mulheres que transformaram o silêncio em verbo e o verbo em liberdade.

Kilomba (2019, p. 90) afirma que *“o racismo tenta constantemente definir quem somos, mas o ato de escrever é o lugar onde podemos nos redefinir, criar novas identidades e novas possibilidades de ser.”* Essa redefinição ultrapassa a dimensão simbólica e se manifesta no corpo, no gesto e na vida concreta. Ao escrever, a mulher preta afirma sua existência e cura as feridas históricas impostas pela colonialidade. Cada palavra se torna um gesto de recomposição do ser, uma forma de religar o corpo à alma e a história à esperança.

A análise das narrativas evidencia que **a memória é o eixo estruturante desse processo**. Recordar é abrir novamente caminhos interditos pela colonização, permitindo que a lembrança funcione como instrumento de resistência e de reencantamento do mundo. Josso (2004, p. 77) sintetiza esse entendimento ao dizer que *“a memória é a matéria viva da formação, pois é nela que se depositam as experiências e se reinventam os sentidos.”* Assim, o recordar não é um simples retorno ao passado, mas um ato de (re)existência, em que o sujeito refaz sua própria história com as mãos do presente.

A autobiografia negra, portanto, cumpre uma função dupla: **pedagógica e política**. Pedagógica, porque ensina o sujeito a olhar para si e compreender-se na tessitura da experiência. Política, porque rompe com a hierarquia dos saberes eurocentrados e propõe uma epistemologia de base comunitária, espiritual e ancestral. Essa pedagogia negra de si — tecida em memória, afeto e resistência — é o que Leda Maria Martins (2002, p. 85) denomina de *“oralitura”*, uma escrita da voz, do corpo e da ancestralidade, que reencena a palavra como território de cura e libertação.

A escrita autobiográfica, nesse contexto, é comparável a um **ritual de passagem**. Cada frase escrita é uma oferenda, um gesto de reverência à ancestralidade. O verbo, ao ser pronunciado, carrega axé, energia vital que transforma e move o mundo. Na cosmologia afro-brasileira, palavra e poder são indissociáveis; escrever é invocar e criar. Assim, a autobiografia torna-se também um ato espiritual, no qual o sujeito reconhece que sua trajetória não começa em si, mas é continuidade de muitas existências.

Em diálogo com as perspectivas decoloniais, compreende-se que o empoderamento da mulher preta não se limita à conquista de espaços institucionais, mas está na reconstrução dos modos de pensar, sentir e existir. O empoderamento, neste sentido, é um projeto ético e estético de libertação. Catherine Walsh (2009, p. 23) afirma que *“a decolonialidade é uma insurgência do ser, um modo de reconfigurar o conhecimento a partir das margens e dos corpos silenciados.”* Ao escrever sobre si, a mulher preta realiza exatamente essa insurgência: desestabiliza o universalismo branco e afirma outras epistemes, centradas na oralidade, na ancestralidade e na corporeidade como fontes legítimas de saber.

Bell hooks (2019) reforça esse entendimento ao apontar que a escrita e o ensino são atos de libertação, pois *“ensinar é um ato de amor, e o amor é o oposto da dominação.”* Ao narrar-se, a mulher preta realiza uma pedagogia do amor — um amor político, que afirma a vida e o pertencimento coletivo. Esse gesto é profundamente decolonial, pois, ao contrário da pedagogia do controle e da neutralidade, reconhece a emoção, o corpo e a memória como

dimensões legítimas da produção de conhecimento.

Essa concepção dialoga com Freire (1996, p. 31), quando afirma que “*a leitura do mundo precede a leitura da palavra.*” Assim, escrever-se é também ler o mundo de outra forma, a partir de um olhar que foi historicamente subalternizado. A mulher preta, ao narrar sua história, realiza um ato de “releitura” do mundo, um gesto político de reposicionar-se no tempo e no espaço social.

Ao longo do estudo, percebi que a autobiografia não é um fim, mas uma travessia. Cada lembrança resgatada é uma ponte entre tempos, corpos e histórias. Em cada memória, revisei as marcas deixadas pelo racismo, mas também reencontrei os gestos de amor, sabedoria e resistência das minhas ancestrais. Escrever foi, para mim, um ato de renascimento.

Lélia Gonzalez (1988, p. 44) recorda que “*a mulher negra é o elo entre o passado e o futuro.*” Esse elo se renova a cada palavra escrita. O empoderamento, então, não se reduz ao “eu posso”, mas expande-se para o “nós sempre pudemos”. É um reconhecimento coletivo de força e continuidade, um lembrete de que, mesmo diante do apagamento, o povo negro nunca deixou de produzir vida, saber e beleza.

Achille Mbembe (2017, p. 49) chama essa potência de “*reencantamento do mundo*”, defendendo que a escrita e a arte negra reconstruem a humanidade ferida pela escravidão e pela colonialidade. A escrita autobiográfica, assim, é parte desse reencantamento: um modo de fazer o mundo de novo, de nomear o indizível e de afirmar que nossas vidas importam, nossas memórias são saber e nossas vozes são ciência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluir esta escrita é, de certa forma, recomeçar. A narrativa autobiográfica, enquanto gesto de memória e resistência, não se encerra em si: ela se expande, abre janelas e convida à continuidade do processo formativo e político de ser mulher preta. Ao longo deste percurso, compreendi que narrar a própria vida é também reexistir, é transformar o vivido em verbo, a dor em potência e a ancestralidade em caminho de libertação.

Este artigo buscou compreender como a escrita de si pode se constituir como prática de empoderamento, resistência e formação da mulher preta, articulando teoria e experiência, ciência e espiritualidade. O entrelaçamento dessas dimensões mostrou que o ato de narrar não é apenas expressão da subjetividade, mas um movimento epistemológico e ontológico — uma forma de construir conhecimento a partir do corpo, da memória e do axé que nos habita.

Os resultados evidenciaram que a escrita autobiográfica é um ato político, pedagógico

e espiritual, que possibilita à mulher preta reconstruir sua identidade, curar feridas históricas e reinscrever-se como sujeito de saber. Ao narrar-se, a mulher preta reivindica o direito à voz e à humanidade, rompendo com o silêncio imposto pela colonialidade. Como afirma bell hooks (2019, p. 13), *“escrever é um ato de resistência, um modo de reclamar o espaço de nossa existência e afirmar o direito de falar sobre nossas vidas.”*

As reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa revelaram que o empoderamento não é um estado alcançado, mas um processo contínuo e coletivo, alimentado pela memória, pela ancestralidade e pelo compromisso com o futuro. Ele nasce nas pequenas práticas cotidianas — nas palavras que nomeiam, nas mãos que ensinam, nos corpos que insistem em existir. Lélia Gonzalez (1988, p. 45) já afirmava que *“a mulher negra carrega em si o princípio de continuidade; ela é ponte entre mundos, guardiã da história e semente de novas possibilidades.”*

Essa noção de continuidade revela que o empoderamento é uma herança e uma travessia, uma construção intergeracional que se renova a cada gesto. Escrever é, portanto, um desses gestos. É dizer: *“estou aqui, fui e serei”* — um ato de axé que movimenta o passado e o transforma em força vital para o futuro. A palavra escrita pela mulher preta não apenas registra, mas convoca: convoca as ancestrais, os saberes, as memórias silenciadas.

Conceição Evaristo (2007, p. 17) denomina esse movimento de escrevivência, afirmando que *“a nossa escrita é feita de nossas vivências e de nossas mortes, de nossas dores e alegrias. O ato de escrever é também um ato de resistência.”* A autobiografia, nessa perspectiva, é uma escrevivência — uma escrita que brota do vivido, do corpo e da ancestralidade, transmutando o íntimo em político e o pessoal em coletivo.

A escrita autobiográfica, quando assumida pela mulher preta, torna-se ferramenta de libertação e instrumento formativo. Ela ensina que a palavra é lugar de poder, que o conhecimento se constrói também na escuta do corpo, na memória compartilhada e na presença dos que vieram antes. Como lembra Leda Maria Martins (2002, p. 82), *“a ancestralidade é um tempo espiralar, que não se perde nem se fecha, mas se reinventa no movimento da vida.”* Assim, a mulher preta que narra sua trajetória reinscreve o tempo e reencanta o mundo, transformando o silêncio em canto.

Reafirma-se, portanto, que as epistemologias afro-brasileiras — ancoradas na oralidade, na coletividade, na corporeidade e na espiritualidade — constituem caminhos potentes para uma educação decolonial e antirracista. Essa educação reconhece a experiência e a narrativa como saberes legítimos, revalorizando a dimensão afetiva, sensível e simbólica

do aprender. Paulo Freire (1996) já ensinava que “*a leitura do mundo precede a leitura da palavra*”, e a mulher preta, ao ler e escrever a si mesma, realiza essa pedagogia libertadora que parte da vida e retorna a ela transformada.

O empoderamento, nessa perspectiva, não é um ponto de chegada, mas um movimento contínuo de (re)existência. É o eterno retorno à própria história, o refazer-se nas margens, o reinventar-se entre a dor e a esperança. Escrever é também renascer — e cada renascimento é um ato de fé e de política.

Assim, o presente artigo é, antes de tudo, um canto. Um canto de resistência, de amor e de memória. Um canto que ecoa as vozes das mulheres pretas que vieram antes e das que ainda virão. É um canto que celebra a vida como encruzilhada — lugar de escolha, de sabedoria e de axé. Que esta escrita siga abrindo caminhos, acendendo corpos, despertando consciências e semeando liberdade nas trilhas da educação, da palavra e da existência.

## REFERÊNCIAS

- BELL HOOKS. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- CONTRERAS, Pepe. **Narrativas autobiográficas e formação docente: a experiência como espaço de emancipação**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, v. 1, n. 3, p. 251–263, 2016.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto**. Natal: EDUFRRN, 2008.
- EVARISTO, Conceição. **Escrevivências: identidade, corpo e memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras: o corpo afro-diaspórico e a memória ancestral**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2017.
- PASSEGGI, Maria da Conceição. **Memórias, narrativas e (auto)formação: uma perspectiva (auto)biográfica de pesquisa em educação**. Natal: EDUFRRN, 2011.
- PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino de. **Narrativas de formação e pesquisa (auto)biográfica: um campo em construção**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, v. 1, n. 1, p. 45–60, 2010.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. **Histórias de vida e formação docente**. Salvador: EDUFBA, 2014.



SOUZA, Elizeu Clementino de; MEIRELES, Marcia. **Narrativas e formação:** o cotidiano como espaço de produção de saberes. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 80, p. 282–290, 2019.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad:** luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2009.